

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 092**

Período: de 30/08/03 a 05/09/03

Franca – Brasil

- 1 - Ministro da Defesa quer que Brasil compre caças supersônicos
- 2 – Repercussão do acidente com VLS-1 na Base de Alcântara
- 3 - Repercussão do acidente com VLS-1 na Base de Alcântara II
- 4 - *Correio Braziliense* divulga operação da Marinha no combate à guerrilha do Araguaia
- 5 - Brasil poderá sediar negociações para a paz na Colômbia entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e a Organização das Nações Unidas (ONU)
- 6 - Vítima de tortura do regime militar ganha ação na Justiça
- 7 - Grupo protesta no Rio de Janeiro contra navio militar chileno que serviu de centro de tortura
- 8 - Militares investigarão o bioterror
- 9 - Coluna analisa relações civil-militares no Brasil
- 10 - Analistas alertam sobre perigo de terror na Tríplice Fronteira
- 11 - Pentágono quer ação integrada na Amazônia

Ministro da Defesa quer que Brasil compre caças supersônicos

De acordo com notícia publicada pelo *Jornal do Brasil*, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, tem a intenção de retomar o Projeto FX que prevê a compra de caças supersônicos. O ministro acredita que o governo solicitará em outubro que as empresas concorrentes apresentem suas propostas. (*Jornal do Brasil – Brasil – 30/08/03; Folha de S.Paulo – Brasil - 06/09/03*)

Repercussão do acidente com VLS-1 na Base de Alcântara

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a verba que será disponibilizada para o programa do VLS-1 em 2004 ainda não é conhecida, apesar dos principais pontos do Orçamento do ano que vem já terem sido enviados ao Congresso pela Presidência da República. Entretanto, foi divulgado à imprensa que os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento do VLS somarão R\$ 4,3 milhões. O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, afirmou que a quantia destinada ao projeto pode aumentar, uma vez que o Orçamento estava fechado antes da ocorrência do acidente na Base de Alcântara e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ter a intenção de lançar o quarto protótipo do VLS-1 antes do fim do seu mandato, em 2006. Uma outra parte da verba deve vir do Ministério da Defesa. Segundo a *Folha*, a Agência Espacial Brasileira estima que a reconstrução da infra-estrutura da base de lançamento custará cerca de R\$ 10 milhões e que a Torre Móvel de Integração levaria um ano e meio para ser reestruturada. Já o quarto protótipo do VLS-1 deverá custar R\$ 19,5 milhões. Apesar de algumas peças do novo veículo já terem sido compradas, acredita-se que uma nova tentativa deva exigir um investimento da ordem de R\$ 20 milhões - isso porque além das perdas materiais, será necessário cobrir as perdas humanas. No dia 29 de agosto, o governo divulgou que os prejuízos causados pelo acidente somam R\$ 100 milhões. Um projeto enviado ao Congresso estabelece indenizações de R\$ 100 mil às famílias das vítimas. A comissão responsável pela investigação -

que é integrada até agora por oito membros ligados ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA) - será reforçada por membros da comunidade acadêmica e por um representante das famílias das vítimas, informou o jornal *O Estado de S. Paulo*. O ministro da Defesa, José Viegas, afirmou que o objetivo desta alteração é conferir maior transparência às investigações. Os acadêmicos indicados representarão a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira de Física e a Sociedade Brasileira para o Progresso de Ciência (SBPC). Além disso, o comando das investigações deixou de ser atribuído ao coronel-aviador Antonio Carlos Cerri e passou às mãos do brigadeiro-do-ar Marco Antônio Couto do Nascimento, para que houvesse “distanciamento emocional” no processo, de acordo com as recomendações do ministro Viegas. Ele informou também que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal participarão do Inquérito Policial Militar que apontará o responsável pelo acidente. O *Estado* noticiou a informação do físico ucraniano Anatolyi Roytman de que a análise das imagens divulgadas da queima do VLS indicam que não havia apenas combustível sólido no foguete: “Acredito que pelo menos no quarto estágio e nos satélites deveria haver combustível líquido”, disse. Roytman acredita que o trabalho simultâneo de várias equipes foi um fator de aumento das dimensões da tragédia, já que a realização conjunta dos procedimentos oferece perigos potenciais. O *Jornal do Brasil* esclareceu que a principal linha de investigação é a suposta descarga elétrica que teria desencadeado o lançamento do foguete. Contudo, a comissão investigará outras possibilidades, como a do veículo ter sido atingido por um raio. O *Correio Braziliense*, por sua vez, anunciou o aumento da suspeita de sabotagem entre os oficiais da Aeronáutica, embasada no fato de que não havia atividades de risco programadas para o dia em que o acidente ocorreu. Agentes inspecionaram hotéis e constataram que São Luís – capital do Estado do Maranhão - contava com um grande número de estrangeiros instalados na cidade na semana na qual o lançamento estava previsto. Oito deles estão sendo investigados. No último dia 03, o ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, anunciou na Comissão de Relações Exteriores do Senado, em Brasília, que o governo terá de garantir R\$ 130 milhões no orçamento da pasta para que seja retomado o Programa Espacial Brasileiro. Além disso, Amaral afirmou que será necessário abrir concursos públicos para técnicos e engenheiros no Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e criar bolsas de estudo para formação de especialistas na área espacial. O ministro Amaral se encontrou com o ministro da Defesa, José Viegas, para discutirem sobre o projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e confirmaram que o governo pretende mesmo fazer um novo lançamento nos próximos anos. (Folha de S. Paulo – Ciência – 30/08/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 30/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 30/08/03; Correio Braziliense – Brasil – 31/08/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/09/2003; Correio Braziliense – Brasil – 04/09/2003)

#### Repercussão do acidente com VLS-1 na Base de Alcântara II

O acidente na Base de Alcântara gerou inúmeras discussões na imprensa brasileira: um dos debates suscitados diz respeito ao comando do programa espacial brasileiro. Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, Aldo Vieira da Rosa, brigadeiro-do-ar reformado, defendeu que o programa espacial não deve ter comando exclusivamente civil. Ele acredita que o acidente em Alcântara é uma oportunidade para que se reflita sobre a interação civil-militar no Brasil.

Segundo Rosa, afastar os militares do projeto pode ser uma decisão inviável, considerando que desde a criação do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) – órgão civil - se reconhece que as atividades espaciais comportam aspectos civis e militares e que a cooperação entre os dois grupos pode ser produtiva. Rosa ressalta que as Forças Armadas têm grande contribuição a dar, por exemplo, nos problemas de logística e de segurança. De acordo com o diagnóstico feito pelo brigadeiro-do-ar, organizações governamentais como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) produzem pesquisas e desenvolvimento tecnológico de alto valor para o país. Para Rosa, mesmo que o desenvolvimento de foguetes passasse a ser realizado por uma indústria privada, caberia ao CTA supervisionar o contrato, alega, e portanto não seria possível descartar o órgão apenas por seu caráter militar. Já Renato Machado Cotta e Fernanda A. Rochinha, professores de engenharia mecânica, acreditam que o projeto espacial brasileiro deve ter comando exclusivamente civil. Para tanto, utilizam o modelo do programa espacial dos Estados Unidos como exemplo e esclarecem que após o acidente com o Ônibus Espacial Columbia, foi estabelecida uma comissão independente para a investigação do caso. Cotta e Rochinha oferecem um breve panorama da história da Missão Especial Completa Brasileira, concebida nos anos 70. Eles explicam, também em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, que após a criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), a organização e a estrutura de execução da Missão não sofreu mudanças relevantes e sugerem que o país rediscuta o aumento da participação de universidades e centros de pesquisa e o papel das instituições envolvidas no projeto, para que então sejam estabelecidas as linhas de atuação e de comando. Esta mesma discussão foi abordada por *O Estado de S. Paulo*. Segundo este jornal, grande parte das pesquisas espaciais está concentrada no CTA, que é subordinado ao Comando da Aeronáutica. O desenvolvimento de pesquisas em ambiente militar não é bem visto por alguns cientistas, informa, uma vez que a rotatividade de cargos e a morosidade no processo de decisões atrapalhariam o andar das tarefas. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também defende que o programa do VLS seja transferido para a esfera civil, apoiando-se no argumento de que a colaboração internacional no projeto dificilmente ocorrerá enquanto houver envolvimento militar. Em outra reportagem publicada pela *Folha*, alega-se que o Brasil teria mais a ganhar com a interrupção do programa espacial, já que o prosseguimento do mesmo se daria em condições precárias devido à falta de mão-de-obra especializada. Além disso, questiona-se o fato da investigação dos órgãos envolvidos na produção do VLS estejam sendo realizadas por estes mesmos órgãos. Um outro empecilho seria o controle militar. Neste mesmo sentido são tecidas as críticas de Rogério César de Cerqueira Leite, em artigo da *Folha*. O físico estabelece como ponto comum o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), o projeto espacial brasileiro e o projeto de construção de um submarino de propulsão nuclear pela Marinha; para o autor, os problemas destes três projetos constituem semelhanças negativas para o país, pautadas na intervenção estrangeira na área estratégica do Brasil. Ele ressalta os entraves contratuais do governo brasileiro com o Eximbank americano, que impõem limites à participação da indústria brasileira no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a interrupção do sucesso brasileiro no desenvolvimento do submarino e a influência externa para que os gastos em Alcântara fossem diminuídos e mesmo eliminados. *O Estado*, por

seu turno, lançou a pergunta: “O Brasil precisa de um programa espacial?”. A resposta é afirmativa e pontua os benefícios que tal empreendimento pode trazer ao país. O jornalista José Gustavo Stumpf, do *Jornal do Brasil*, acusa os políticos brasileiros de “miopia estratégica”. Ele elogia os programas militares em curso no Brasil devido à sua resistência com verbas escassas e ressalta a importância dos mesmos para o país. Stumpf é mais um a abordar os obstáculos criados por atores estrangeiros quando se trata de projetos que poderiam conferir maior autonomia ao país. Ainda, o jornal expõe a diferença entre os métodos de investigação no Brasil e nos EUA, e divulga afirmação de Fernando Gabeira, parlamentar membro de comissão que apura os dados na Câmara dos Deputados, afirmando que os militares retiveram informações pela ocasião do acidente, quando o programa é também da alçada civil. (Folha de S. Paulo – Ciência – 30/08/03; Folha de S. Paulo – Opinião – 30/08/03; O Estado de S. Paulo – 30/08/03; Folha de S. Paulo – Opinião – 31/08/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/08/03; Jornal do Brasil – Opinião – 31/08/03; Jornal do Brasil – Brasil – 01/09/03)

#### Correio Braziliense divulga operação da Marinha no combate à guerrilha do Araguaia

O jornal *Correio Braziliense*, na abertura de documentos da Guerrilha do Araguaia, constatou a existência da chamada “Operação Papagaio”, uma inclusão de força especial da Marinha no combate à guerrilha, sob comando do comandante do Exército Olavo Viana Moog. Com o reforço de 220 fuzileiros navais, encarregados de bloquear o deslocamento dos guerrilheiros pelos rios da região, a Operação Papagaio conseguiu armar o cerco aos comunistas nos últimos meses de 1972, quando as batalhas se tornaram mais sangrentas. (Correio Braziliense – Política – 31/08/03)

#### Brasil poderá sediar negociações para a paz na Colômbia entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e a Organização das Nações Unidas (ONU)

Segundo Luis Carlos Restrepo, Alto Comissário da ONU para a paz na Colômbia, em rádio aberta, o Brasil poderia sediar o encontro para promover o diálogo entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Tal encontro seria entre Raul Reyes, segundo comandante das FARC e algum representante do secretário-geral da ONU. O governo brasileiro, ao ser indagado pela imprensa, na pessoa do assessor especial do presidente, Marco Aurélio Garcia, se declarou favorável a qualquer medida que possa ajudar no estabelecimento da paz e no respeito à soberania da Colômbia. Todavia, também foi dito que o Brasil só o faria diante de um pedido formal da ONU. De acordo com matéria publicada em *O Estado de S. Paulo*, anunciando uma visita à Colômbia para o próximo dia 16, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva queixou-se da tendência daquele país a buscar nos Estados Unidos a solução para seus dilemas. Disposto a convencer o chefe de governo colombiano, Álvaro Uribe, a se aproximar do Brasil, Lula planeja oferecer o Brasil como território neutro para as negociações de um acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, mediadas pela ONU. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, confirmou que o governo brasileiro foi “sondado” pela Colômbia e pela ONU sobre o assunto. De acordo com o chanceler, o Brasil se dispõe a fazer o que estiver a seu alcance para a

pacificação na Colômbia. Ele acentuou que o governo não manteve nenhum contato com as Farcs, apenas com a equipe de Uribe e com a ONU. (Folha de S. Paulo – Mundo – 01/09/03; Folha de S. Paulo – Mundo – 02/09/03; Jornal do Brasil – Internacional – 01/09/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/09/03)

#### Vítima de tortura do regime militar ganha ação na Justiça.

A Justiça Federal de Goiás condenou a União, por meio da sentença da juíza Maria Maura Martins Moraes Tayer, da 1ª Vara Federal de Goiânia, a indenizar o jornalista e advogado Antônio Pinheiro Salles em R\$ 200 mil por danos morais, sofridos durante o regime militar. O jornalista, conhecido como Pinheirinho, militava na Organização Marxista Operária e após 9 anos de prisão em presídios do Rio Grande do Sul e São Paulo - nos quais foi vítima de tortura -, está parcialmente surdo e com os movimentos das mãos reduzidos. Amigo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Salles declarou ao saber da sentença que “esse tipo de crime não pode ser esquecido”. De acordo com seu advogado, Ricardo Dias, esta sentença é inédita e poderá tornar-se uma jurisprudência, possibilitando que outros ex-presos políticos tenham direito a uma indenização, já que, atualmente, o governo concede indenizações somente a familiares de desaparecidos políticos durante a ditadura. A decisão foi baseada em exames feitos por seis peritos que comprovaram que as lesões sofridas pelo jornalista são irreversíveis. A juíza usou a lei da anistia para conceder a indenização ao jornalista, alegando que o caso não prescreveu devido à regulamentação da legislação, realizada apenas no ano passado: "Essa lei reabriu realmente a possibilidade de se pleitear a indenização, já que o Estado brasileiro, por ato do Parlamento, reconheceu a obrigação de realizar o pagamento", disse a juíza na sentença. O advogado de Salles espera que a Advocacia Geral da União não decida por recorrer da decisão, como ocorreu em governos anteriores que entraram com recurso afirmando que o jornalista teria praticado crimes considerados contrários à segurança do país durante o regime militar, o que desobrigaria a União de pagar a indenização. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/09/03)

#### Grupo protesta no Rio de Janeiro contra navio militar chileno que serviu de centro de tortura.

O grupo brasileiro Tortura Nunca Mais realizou um protesto neste dia 03, no navio-escola da Marinha chilena, denominado Esmeralda, que atracou no Porto do Rio de Janeiro. O barco, usado como prisão depois do golpe que derrubou Salvador Allende, serviu como centro de tortura de presos políticos. Em vários países pelos quais o Esmeralda passou, nos últimos meses, a presença causou protestos. O grupo convocou simpatizantes do movimento para "participar de um ato de repúdio à presença de um dos principais símbolos das ações criminosas mais sinistras implementadas no país irmão do Cone Sul". Além disso, pretendem defender a idéia de que o navio seja transformado em "museu da memória da violência contra o povo chileno durante a ditadura". Com 315 pessoas a bordo, entre oficiais chilenos e estrangeiros e cadetes, o Esmeralda ficará quatro dias no Rio. O comandante do navio-escola, o capitão-de-fragata José Miguel Romero Aguirre, depois de fazer uma pequena apresentação sobre o veleiro, disse que foi informado pelo cônsul chileno no Rio, Sergio Verdugo, sobre o protesto. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/09/2003)

### Militares investigam o bioterror.

As investigações sobre bioterrorismo no Brasil passaram, no último dia 03, à alçada do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI). O funcionário do *U.S. Animal and Plant Health Inspection Service* (APHIS), órgão do governo americano, Hossein El-Nashaar, foi retirado do país há duas semanas, por ordem da embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, após ser surpreendido por autoridades brasileiras em Barreiras, Oeste da Bahia, a 600 quilômetros de Brasília. Ele realizava pesquisas sobre a praga *Phakopsora pachyrhizi*, conhecida como ferrugem asiática, sem autorização do Ministério da Agricultura. O caso ganhou dimensão nacional e, além das investigações em caráter militar, também será alvo de apuração conduzida pela Câmara dos Deputados. (Jornal do Brasil – Brasil – 04/09/03)

### Coluna analisa relações civil-militares no Brasil

Na coluna *Opinião* do jornal *Correio Braziliense*, o jornalista Mauro Santayana iniciou sua análise congratulando a iniciativa do governo de comemorar a data nacional da independência com o desfile militar na Esplanada dos Ministérios, pois, segundo o jornalista, durante muitos anos, esse desfile era realizado longe dos populares. Para Santayana, este fato representa o distanciamento do povo por parte das Forças Armadas, desde o regime militar, distanciamento que para ele deve ser superado, pois “a defesa da soberania nacional só é efetiva quando a nação se encontra coesa e unida na defesa de um projeto nacional de grandeza”. Dessa maneira, ele afirma ser necessário considerar os governos militares como um fato histórico, e não uma situação a ser julgada. Para Santayana, todos no país são co-responsáveis pelo intervalo totalitário: os que não souberam defender a ordem constitucional e os que, assustados, de boa fé, estimulados por interesses inconfessáveis, ou manipulados por serviços estrangeiros de inteligência, destituíram um governo eleito legitimamente, suspenderam as garantias constitucionais e exerceram o poder absoluto, mediante os atos institucionais. Contudo, segundo ele pode-se responsabilizar os militares de 1964 pela subversão do sistema republicano e federativo, mas deve-se admitir que o regime militar, principalmente a partir de Geisel, manteve postura nacionalista coerente e procurou assegurar ao país, mediante investimentos de infra-estrutura, as bases para o desenvolvimento posterior. Em contrapartida, sua conclusão é de que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi muito mais desastroso, pois “saudou a ditadura dos mercados financeiros e desmantelou a espinha dorsal da política autônoma de desenvolvimento, com a privatização criminosa das empresas estatais”, lembrando que muitas delas cresceram e se solidificaram sob a administração de oficiais militares, a exemplo a Petrobrás no governo Geisel. Por fim, o jornalista lembra o acidente de Alcântara e defende a continuação do Programa Espacial Brasileiro como forma de reverenciar os técnicos mortos, considerados heróis. (Correio Braziliense – Opinião – Mauro Santayana – 04/09/03)

### Analistas alertam sobre perigo de terror na Tríplice Fronteira.

Especialistas em terrorismo alertam sobre a importância de aumentar o controle na Tríplice Fronteira (entre Brasil, Argentina e Paraguai), na medida em que as ações de grupos extremistas se tornam cada vez mais assimétricas e transnacionais. Reunidos em Puerto Iguazú (a parte argentina da Tríplice

Fronteira), na abertura de um seminário que terminou no último dia 5, os analistas concluíram que o financiamento do terror, em tempos de *internet*, é mais rápido do que as forças de segurança e por isto estas últimas deveriam ser dinamizadas de acordo com a velocidade de informações. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, recentemente, em visita a Buenos Aires, o secretário-adjunto de Estado americano para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Roger Noriega, disse que a região segue sob monitoramento dos EUA, especialmente em razão da presença islâmica. (Folha de S. Paulo – Brasil - 05/09/03)

#### Pentágono quer ação integrada na Amazônia.

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, considera que os vôos de interdição armada ao tráfego aéreo clandestino operado em larga escala sobre a Amazônia são uma tarefa regional e integrada, ou seja, não é trabalho para uma única nação. Rumsfeld anunciou no mês passado, em Bogotá, o restabelecimento das missões de interceptação aérea da aviação colombiana com apoio da inteligência militar americana. No Brasil, as declarações foram interpretadas por um diplomata do Ministério das Relações Exteriores e um analista do Ministério da Defesa como sinal de mudança na política dos Estados Unidos para a região. O governo brasileiro acredita que esse processo pode beneficiar diretamente a venda de 24 a 40 aviões de ataque leve Emb-314 Super Tucano, da Embraer, de São José dos Campos. A "visão integrada" de Rumsfeld permitiria, segundo os funcionários brasileiros, a retomada de negociações em duas vertentes: a encomenda dos avançados turboélices da Embraer e o fornecimento de dados obtidos por meio da rede de sensores eletrônicos do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (O Estado de S. Paulo – Nacional - 05/09/03)

#### **Sites de Referência:**

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S.Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S.Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic) e Leonardo D'Allevedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.